

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.516 - SP (2019/0333717-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : VALQUIRIA CASALECCHI D ALESSANDRO
RECORRENTE : FABIANA D ALESSANDRO
RECORRENTE : RODRIGO D ALESSANDRO
ADVOGADO : FERNANDA CABELLO DA SILVA MAGALHÃES - SP156216
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : JORGE LUIZ REIS FERNANDES - SP220917

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. LEGITIMIDADE CONCORRENTE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. MATÉRIA ACERCA DA QUAL NÃO SE DECLINOU DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. FALTA DE COTEJO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 284 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

VALQUIRIA CASALECCHI D ALESSANDRO e outros (VALQUIRIA e outros) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que rejeitou a impugnação e condenou o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

O Tribunal bandeirante não conheceu do recurso em acórdão assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO EXPURGOS INFLACIONÁRIOS
Pleito para majoração dos honorários advocatícios
Legitimidade recursal Honorários que, segundo o art. 23, da
L. nº 8.906/94, pertencem ao advogado Ausência de
recolhimento do preparo no ato da interposição do recurso
Deserção configurada Inteligência do art. 525, §1º, do
CPC/1973, aplicável à espécie.
Recurso não conhecido (e-STJ, fl. 111).*

VALQUIRIA e outros interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, apontando dissídio jurisprudencial no tocante a legitimidade concorrente da parte para discutir a verba sucumbencial.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC

A irresignação não merece prosperar.

Na espécie, o dissídio jurisprudencial viabilizador do recurso não foi demonstrado (art. 105, III, c, da CF).

VALQUIRIA e outros não indicARAM quais os dispositivos legais que porventura foram violados, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF, *verbis*: *É inadmissível o recurso extraordinário quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Como se não bastasse, além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário realizar o **cotejo analítico**, com a **demonstração da identidade das situações fáticas** e da interpretação diversa dada ao questionado dispositivo legal.

Da análise do recurso interposto é possível verificar que VALQUIRIA e outros não se desincumbiram desta tarefa, não atendendo, portanto, os requisitos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255 do RISTJ, o que inviabiliza o exame do apontado dissídio.

Nesse sentido, vejam-se os julgados a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. DANO MORAL. DEMORA NO PAGAMENTO DO SEGURO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recurso não

merece conhecimento, pois, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada e demonstrada, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não basta a simples transcrição de ementas e de parte dos votos sem que seja realizado o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

2. [...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp nº 370.317/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 16/6/2014 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TEMPESTIVIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

3. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio que não esteja comprovado nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.

4. [...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp nº 481.270/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe 12/6/2014 - sem destaque no original)

Assim, está claro que o recurso especial não ultrapassa a barreira do conhecimento.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator